Edição nº 57 | Agosto de 2015

EM DIA

Jornal | Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas, Abrasivos e Usinagem

Apoio: SINAFER sinaesp

Intercâmbio de excelência

Coluna trata das medidas do Ajuste Fiscal
Pág. 2

Artigo aponta o panorama da energia elétrica no país
Págs. 3 e 4

Grupo Tributário preza por integração
Pág. 5

EDITORIAL

Laços de parceria

Milton Rezende
Presidente da ABFA

A união faz a força. Esse é um ditado que podemos aplicar em nossa realidade atual na ABFA. Por exemplo, ao estreitarmos os nossos laços com parceiros, fornecedores e potenciais clientes no Exterior, estamos dando um passo decisivo (e sem retorno) rumo à consolidação de novos negócios para os nossos Associados. Esse intercâmbio, além de bastante produtivo durante o momento de desaceleração da economia nacional, vem ao encontro do aprimoramento de técnicas e na busca por constante excelência.

Nesta edição, poderemos apreciar como foi a primeira ação do Projeto Vendedor, parceria da ABFA com a APEX, que conduziu alguns Associados ao Paraguai. Durante cinco dias, empresários de diversas potencialidades vivenciaram na prática a realidade do mercado paraguaio. Nossos Associados voltaram bastante otimistas com o bem-sucedido contato. Trata-se apenas da estreia de um intercâmbio de negócios que, até o fim do ano, também conduzirá nossas empresas ao contato com a Colômbia.

Em tom de esclarecimentos, a nossa coluna Direitos em Xeque segue com uma discussão pertinente aos nossos Associados: as mudanças relacionadas às medidas de Ajuste Fiscal. Por sinal, essa reflexão também tem sido pauta frequente nas reuniões do Grupo Tributário da ABFA, que também tem destaque nesta edição do informativo **Em Dia**. Antenado com o cenário atual, o artigo de Patrícia Marrone faz uma importante e sólida análise sobre o aumento dos custos da energia elétrica industrial.

DÚVIDAS

Direitos em xeque

A coluna desta edição, supervisionada pelo advogado Dr. Halim José Abud Neto, Consultor Jurídico da ABFA, tratará de Ajuste Fiscal. Para participar, os associados poderão encaminhar dúvidas e perguntas ao e-mail abfa@abfa.org.br.

Em Dia - Quais as mudanças relacionadas às medidas de Ajuste Fiscal diante do atual cenário econômico e político do País?

Dr. Halim – Cabe destacar duas medidas relacionadas ao PIS/Pasep e a Cofins e que tem gerando diversas discussões. A primeira, trata-se da MP 668/15, convertida em Lei 13.137/2015 e publicada no DOU de 22/06/2015. Dentre as mudanças, destacamos a majoração das alíquotas do PIS/Pasep (1,65%) e da Cofins (7,6%) sobre a importação de bens e mercadorias em geral, respectivamente, para 2,1% e 9,65%, para as empresas que se encontrem no sistema não-cumulativo. O crédito de PIS/Pasep e da Cofins observará as alíquotas correspondentes ao tributado na importação.

Outra mudança foi a revogação do dispositivo na Lei nº 10.833/2003 que estabelecia a obrigatoriedade de retenção da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins (PCC) nos pagamentos acima de R$ 5 mil reais efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços, bem como a modificação do prazo para recolhimento desses tributos retidos. Com a nova redação, os serviços com retenção continuam os mesmos, porem haverá incidência do PCC em pagamentos com valor a partir de R$ 215,00 (o DARF de retenção será o valor mínimo de R$ 10) e não existe mais a regra pela qual era obrigatória a soma de todos os valores pagos no mês.

GRUPO TRIBUTÁRIO

Amparo às decisões

Valter: integração e suporte

Quando foi fundado, em 2008, o Grupo Tributário da ABFA vislumbrou a missão de consolidar ações e práticas importantes que poderiam, durante o momento de cumprir as exigências fiscais, auxiliar os Associados na tomada de decisões. Dentre as principais ações do Grupo, destaca-se o papel nas disposições do fisco (legislação) no início do Regime de Substituição Tributária para Ferramentas (ICMS), quando demonstrou a relação dos produtos e as Margens de Valor Agregado (MVA) que deveriam ser aplicadas ao segmento.

"Entendemos ser de grande valia a existência de um Grupo Tributário dentro da nossa Associação, o qual, além de proporcionar a integração das empresas, traz uma padronização das operações fiscais nas Indústrias de Ferramentas, e permite que todas as companhias associadas (independente se de pequeno ou de grande porte) tenham acesso às informações especializadas de diversos assuntos tributários e jurídicos, especialmente nesse momento complicado de Ajustes Fiscais que o Brasil está passando e que possivelmente se estenderá até 2016", destaca Valter Adam, Coordenador do Grupo Tributário.

Em 2015, de acordo com o coordenador, o grupo trabalha com as diretrizes da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que substituirá a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ) e o Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). "Estamos tratando também do e_Social, que consolidará em arquivos digitais todas as informações de RH, Folha de Pagamento, Ações trabalhistas, CAT, entre outras. Sem esquecer que teremos a obrigatoriedade do arquivo digital do "Bloco K" para início de 2016, que exigirá a apresentação da movimentação de estoques por produto ao fisco".

CAPACITAÇÃO

Ampliação dos olhares

Encontros ampliam o conhecimento

A cada ano que se passa, a ABFA faz questão de zelar pela constante capacitação dos profissionais que integram as empresas dos Associados. Ao oferecer cursos, treinamentos e workshop de diferentes temáticas, a Associação apura o conhecimento técnico e intelectual do participante, estimula a busca pelo conhecimento, promove o intercâmbio entre diferentes culturas e, claro, cria um ambiente favorável para network de negócios.

Durante o primeiro semestre, a ABFA reuniu em sala de aprendizado aproximadamente 180 profissionais divididos em diversos cursos, entre os quais "Qualidade Máxima no Atendimento a Clientes", "Gestão de Compras & Estoques", "Análise de Custos e Formação de Preço de Venda", "Como Formar Preços Competitivos e Lucrativos na Indústria, "Qualidade Máxima no Atendimento a Clientes" e "Como Implantar as Ferramentas dos 5S".

Agende-se

Confira os próximos cursos oferecidos pela ABFA

6/10: Compras (Técnicas, Ferramentas & Negociações)
11/11: Técnicas de Venda & Negociação Comercial
Informações: abfa@abfa.org.br

Energia Elétrica: Panorama e Perspectivas

Por Patrícia Marrone

Patrícia Marrone é Economista e Mestre em Economia pela USP e Ex-Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Neste artigo, procuramos delinear o acúmulo de erros de gestão pública que acarretaram no forte aumento dos custos da energia elétrica industrial no período recente. Procuramos responder à legítima preocupação dos empresários filiados à ABFA com os aumentos nos preços desse componente, que impacta de 3% a 13% nos custos de fabricação de ferramentas, dependendo do produto.

Atrasos nas obras: O volume de energia elétrica que o governo esperava adicionar ao parque elétrico brasileiro entre janeiro e julho de 2014 não se efetivou. Ao todo, os atrasos afetam 36% da energia prevista. O principal motivo para a frustração da entrega de energia foi o atraso no cronograma das obras de hidrelétricas, o que ocorreu em 79% das obras leiloadas entre 2005 e 2012. O atraso médio é de oito meses. O prejuízo contabilizado para o País por conta desses atrasos, entre 2009 e 2013, é de R$ 8,3 bilhões. Para 2018, dos 36,4 mil Megawatts de capacidade prevista, a Aneel já conta com 9 mil Megawatts a menos. Mesmo assim, a geração será o suficiente para abastecer 80% do consumo residencial de energia no País. Em setembro de 2014, a incapacidade das usinas hidroelétricas em cumprir os contratos de energia gerou um rombo de R$ 3,015 bilhões aos donos desses empreendimentos, resultado direto dos baixos níveis dos reservatórios.

Garantias físicas: As garantias físicas são quantidades de energia estimadas pelo governo com base em expectativas diversas, entre as quais se destaca a gestão adequada dos reservatórios hidroelétricos,e servem para minimizar os riscos aos investidores. As geradoras não têm dificuldade em honrar com contratos nos quais ofertam garantias físicas. O problema surge quando os reservatórios são esgotados inadequadamente. Nesses casos, têm à disposição uma oferta de energia menor do que as garantias físicas, e são obrigadas a comprar no mercado de curto prazo a preços substancialmente superiores aos preços contratados. Em 2014 as geradoras de energia acumularam R$ 20 bilhões em perdas financeiras decorrentes da má gestão dos reservatórios em anos precedentes. Para 2015, já estimam mais perdas na ordem de R$ 20 bilhões. Diversas dessas geradoras obtiveram liminares na justiça que as autorizam a não assumir essas perdas argumentando que não são de sua responsabilidade. Diante disso, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) registrou uma inadimplência de R$ 460 milhões em sua última liquidação de contratos setoriais. Para evitar o aprofundamento da inadimplência que paralisa os fluxos energéticos entre os geradores e consumidores, o Ministério de Minas e Energia (MME) propôs uma mudança na regulamentação setorial. A partir dela, os custos de qualquer esgotamento inadequado dos reservatórios serão repassados paras as tarifas dos consumidores. O comando da gestão dos geradores de energia elétrica passou ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que assumiu a responsabilidade de preservar os níveis nos reservatórios em patamares que permitem às hidroelétricas gerar as garantias físicas. Os geradores não são mais responsáveis pelo esgotamento dos seus reservatórios hidroelétricos, porém os custos da gestão inadequada da CMSE serão repassados aos geradores.

Seca: Por causa da seca, o governo resolveu poupar água dos reservatórios das usinas hidroelétricas e acionou as térmicas, que geram energia mais cara. Esse recurso tem sido utilizado desde outubro de 2012. Como resposta, em outubro de 2014, a ANEEL elevou em 17,63% a tarifa média da energia elétrica. Para os grandes consumidores, como as indústrias, as tarifas foram reajustadas em 18,2% naquele período.

Efeitos da medida provisória 579: A medida provisória 579 colocou o setor elétrico de cabeça para baixo. Entre outros gargalos, a medida tarifou errado o consumo de energia o que estimulou os usuários a aumentarem o consumo de energia elevado, quando, na verdade, o ideal teria sido racioná-la. No momento em que o preço caiu para o consumo, o custo estava sendo elevado. Com a escassez de água, a energia estava sendo gerada pelas termoelétricas a um custo mais elevado. E para manter o "populismo tarifário" o governo impediu o repasse do custo ao consumidor, e concedeu subsídios às distribuidoras via Tesouro Nacional e as obrigou a pegar empréstimos. Em virtude desse cenário, assistimos a grupos como a Eletrobrás, que possui 67% das suas concessões renovadas, amargar com um prejuízo de R$ 13,2 bilhões, o que se refletiu em uma redução de 40% do seu valor de mercado, entre o anuncio desta medida e setembro de 2014. Além disso, se forem mantidos os critérios da lei 12.782/2013 para as renovações de contratos das concessões de energia ocorrerá o fechamento de empresas no setor. Isso porque, de acordo com a lei, quando as concessões são renovadas, as empresas geradoras são obrigatoriamente alocadas no mercado cativo para estimular a queda de tarifa de energia. Ou seja, a cada renovação a oferta no mercado livre se reduz, o que se refletira em aumento de preços desse segundo mercado. A alta nos preços no mercado livre torna o PDL (Preço de Liquidação de Diferenças) mais volátil. No cenário atual, as geradoras não vão querer fechar contratos de longo prazo com grandes consumidores, forçando assim a indústria a comprar energia no PLD, estando sujeitas a preços elevados e a alta volatilidade.

Portanto, o setor padece de grande confusão e insegurança regulatória, fatos que acarretaram o aumento da judicialização, elevação de preços aos consumidores e desestimulam investimentos.

Efeitos da má gestão sobre os preços: De 2004 a 2014, o preço da energia subiu mais que a inflação subiu até 167,7%, o que equivale a duas vezes e meia a alta da inflação. A tendência de elevação se intensificou em 2014 em virtude da falta de chuvas, do uso das usinas térmicas e da má gestão do setor, descritos anteriormente.

Desde janeiro de 2015, os consumidores passaram a pagar automaticamente todos os meses pelo custo adicional da energia elétrica. Toda vez em que as termoelétricas mais caras são ligadas

para poupar os reservatórios de água das hidroelétricas a cobrança é incluída na conta de luz. Os custos adicionais passaram a ser variáveis, por exemplo, na chamada bandeira amarela, que sinaliza uma crise na geração hídrica, o reajuste mensal é de R$ 1,5 a cada 100(KWH). Já na bandeira vermelha, que indica uma crise mais grave no sistema, o reajuste é de R$ 3 para cada 100 (KWH).

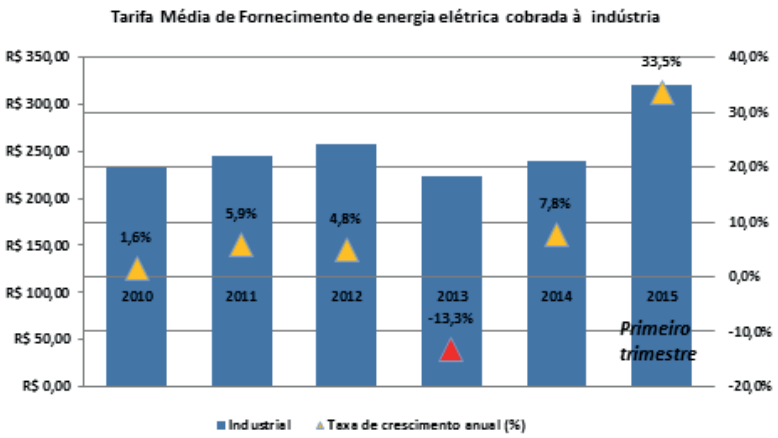
O pacote que reduziu a conta de energia há dois anos foi completamente desmontado em 2015. Os consumidores voltaram a pagar pelos subsídios, antes assumidos pelo Tesouro Nacional, que já prevê um aporte de R$ 9 bilhões ao setor nesse ano. O fim dos repasses irá gerar um aumento de 30% no ano na conta de luz, com impacto de 0,9 ponto porcentual no índice de inflação, o IPCA. O Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, explica que os reajustes fazem parte da estratégia de preservar as contas públicas e sacrificar os índices de inflação no primeiro ano do governo, mesmo correndo o risco de que a inflação alcance o teto da meta de 6,5%.

Perspectivas

Preços da energia elétrica industrial: Os gastos da indústria com energia elétrica deverão subir 47% até 2018. O aumento de arrecadação previsto gira em torno de R$ 20 bilhões. O principal motivo é o vencimento de contratos antigos. Os novos contratos serão contaminados pelo cenário de preços mais altos. A maior parte das empresas trabalha com contratos de energia de longo prazo, de cerca de cinco anos, para se livrar dos preços spot, ou seja, das flutuações do mercado. Os preços médios de megawatt-hora no atacado estão subindo, passando de R$ 130,00 para uma faixa de R$ 180,00 a R$ 200,00.

Consumo de energia: Com a crise, segundo a EPE (Empresa de Pesquisas Energética), o consumo de energia em 2015 deve cair em torno de 0,5%. O segmento mais atingido será a indústria, cujo o desempenho será negativo em 4,4%.

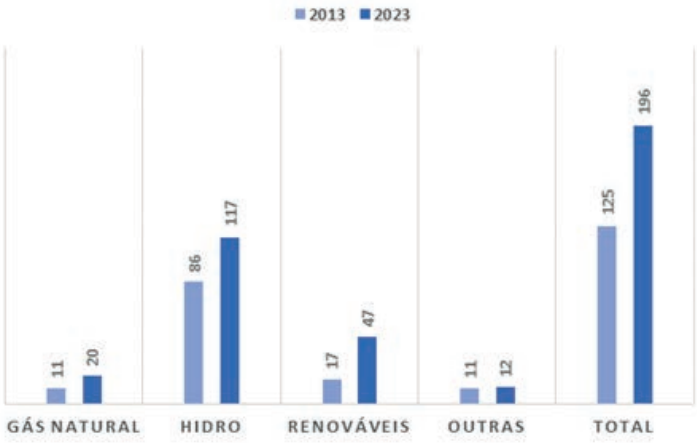
Investimentos: Apesar da crise econômica brasileira o setor de energia deverá receber grandes investimentos privados em 2015, os investimentos estão previstos que cheguem a R$ 5,5 bilhões. Entretanto a crise afetará de forma expressiva o setor uma vez que os novos empreendimentos sofrerão os cortes do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social). Entre outros projetos, destaca-se a construção de parques eólicos próprios com capacidade de geração de 1.100 megawatts (MV) orçados em R$ 5,5 bilhões com desembolso de cerca de 25% desse valor entre 2015 a 2016. A Tractebel, maior geradora de energia privada, tem projetos de R$ 4 bilhões, com desembolsos previstos até 2017.



Fonte: ANEEL

	Últimos 12 meses	1°semestre 2015
Energia Elétrica Industrial	27%	33,5%
IPA- Origem - OG-DI- Total	2%	2,5%

Fonte: ANEEL



Fonte: Plano de Desenvolvimento Energético 2023 (PDE)

ABNT/CB-060

Comitê Brasileiro de Ferramentas Manuais, Abrasivas e de Usinagem

Dando continuidade ao trabalho de normalização do setor, as comissões de estudo do ABNT/CB-060 "Comitê Brasileiro de Ferramentas Manuais, Abrasivas e de Usinagem" publicaram onze normas no 1º Semestre de 2015.

Participação

Para participar das Comissões de Estudo do ABNT/CB-060 (ver relação abaixo), envie um e-mail para cb60@abnt.org.br ou para cb60@sinafer.org.br, ou ainda entre em contato com Luciana Batista pelo telefone (11) 3251-5411.

CE-60:000.01 – Comissão de Estudo de Ferramentas Manuais e Dispositivos;

CE-60:000.02 – Comissão de Estudo de Usinagem;

CE-60:000.03 – Comissão de Estudo de Ferramentas Abrasivas.

Associados durante missão em Assunção

Negócios no Paraguai

Após a bem-sucedida etapa do Projeto Comprador FEIMAFE em São Paulo, que reuniu 10 empresas nacionais e 11 internacionais em uma expectativa de geração de negócios de US$ 2,420 milhões, o Programa ABFA Exporta promoveu a primeira edição do Projeto Vendedor, em uma parceria com a APEX Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportação). Na ocasião, entre 3 e 8 de agosto, seis Associados (Ascamp, Gotthard/Lixas Tatu, Pegorari, Metalúrgica Inca, Simetall e Starrett) participaram de uma missão comercial no Paraguai.

A escolha do País não foi em vão. Durante o trabalho desenvolvido pela Unidade de Inteligência Comercial da APEX Brasil, o Paraguai demonstrou possuir significativas oportunidades comerciais para as empresas do setor da ABFA, com grande potencial de importação. Não por acaso, além de rodada de negócios com empresários paraguaios, os Associados da ABFA tiveram a oportunidade de conhecer de perto o mercado local, uma vez que visitaram distribuidores e importadores do país latino-americano.

"Pela análise geral do evento e das reuniões realizadas com as empresas paraguaias que participaram das rodadas, podemos afirmar que o Paraguai é um mercado de grandes possibilidades de colocação dos produtos brasileiros do setor e aberto a novas empresas exportadoras. Há que ressaltar que o esforço exportador das empresas vai demandar visitas periódicas ao mercado, bem como constantes contatos com as empresas paraguaias, visto que isto é um fator determinante para alcançar os objetivos da exportação", destaca Carlos Martins, Diretor Executivo da ABFA.

Mercado

"A missão ao Paraguai foi muito positiva, pois tivemos a oportunidade de conhecer possíveis novos clientes que trabalham com produtos similares aos nossos e que, devido à taxa atual do câmbio, tornam nossos preços bem mais competitivos. Ao visitar os clientes, surpreendemo-nos com o potencial de compras, o que nos deixou bem esperançosos. Essa parceria entre ABFA e APEX nos dá muita confiança e tranquilidade na busca de novos clientes e novos mercados muito poucos explorados anteriormente pela nossa empresa. Esse foi o segundo evento que participamos e já estamos ansiosos para os próximos, principalmente para tentarmos compensar a queda de vendas no mercado interno devido à crise", destaca Maria de Fátima da Silva Mariano, Analista Comercial da Metalúrgica Inca.

Números

O intercâmbio contou com a participação de seis empresas paraguaias, que resultou em 47 reuniões e na expectativa de geração de negócios em US$ 1 milhão.

Participação

A próxima missão do Programa ABFA Exporta está marcada para a Colômbia, em novembro. Para aderir à ação, basta o Associado escrever para exporta@abfa.com.br ou ligar para (11) 3251-5411.

EXPEDIENTE

ABFA EM DIA é uma publicação dirigida às empresas do setor representadas pela ABFA (Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas, Abrasivos e Usinagem), coordenada por sua Diretoria. Endereço: Av. Paulista, 1.313 - conjunto 707. CEP: 01311-923 – São Paulo – SP. Fone/Fax: (11) 3251-5411 – website: www.abfa.org.br – e-mail: abfa@abfa.org.br – Presidente: Milton Rezende – Jornalista Responsável: Mara Dipe (MTb: 25794). Redação: Tiago Gonçalves. Diretora de Arte: Alessandra Basso